



4 MASSAS

ORGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
ANO III · N. 18 · 2A QUINZENA DE AGOSTO DE 1991 · Cr\$ 150,00

O governo e o Congresso estão discutindo a nova política salarial. Collor pretende fixar o salário mínimo em 34 mil mensais (já incluído o abono), e manter os salários congelados diante de uma inflação que já chega aos 13%. Os reformistas e a burocracia sindical negociam a miséria no Congresso e em seus "seminários" com a FIESP, com sua proposta de salário mínimo de 47 mil e reajuste prefixado ou por faixas salariais, e se omitem frente às enormes perdas salariais passadas. A situação exige a luta nacional de massa por:

- **Salário Mínimo Real**
(Piso Salarial de 157 mil segundo o Dieese), com
- **Escala Móvel de Salários**
(aumento automático de salários de acordo com a inflação)

O governo já anunciou que atenderá às exigências do imperialismo e encaminhou a proposta de reforma constitucional para tornar possível as privatizações em massa e a entrega nacional. As empresas estatais poderão ser compradas pelos tubarões capitalistas a preços baixíssimos e poderão ser pagas com os títulos vencidos da Dívida Externa. E já há sinais de que Collor prepara um novo choque econômico contra as massas, sob orientação do FMI. Para enfrentar o imperialismo, levantemos:

- **Não às privatizações !**
- **Ocupar as estatais e impor o controle operário !**
- **Não pagar a Dívida Externa**
- **Por em pé a Frente Revolucionária Antiimperialista !**

Na primeira quinzena de agosto houve novas prisões políticas de trabalhadores sem terra. Enquanto os trabalhadores que lutam pela terra no campo e na cidade são presos, os proprietários continuam assassinando livremente. Um advogado dos sem teto da zona Leste de São Paulo foi assassinado no último dia 13 por um grupo paramilitar. Os meninos de rua continuam sendo mortos e ameaçados. Contra as prisões políticas e os assassinatos é necessário:

- **Formar os comitês contra a opressão política e social !**
- **Por um comitê nacional contra as prisões políticas e a opressão capitalista !**

**Campanha Financeira da T. POR:
Participe ! Contribua para a construção
do Partido Revolucionário !**

Compareça à palestra e debate do dia 24 de agosto em homenagem à Leon Trotsky, na passagem do 51º aniversário de seu assassinato (veja texto na última página).



A Visita de Quayle

O Imperialismo exige, o Governo acata

Terminada a investigação do FMI sobre as contas brasileiras, veio ao país Dan Quayle, vice-presidente dos EUA. A missão era a mesma, pressionar o governo e a burguesia nacional para implantar reformas a favor da proteção do capital estrangeiro. A exemplo de Fajgenbaum, Quayle declarou desde os EUA que ao Brasil não restava outra saída senão acatar as exigências das metrópoles, uma vez que são os credores e donos do capital financeiro mundial.

O Ministro Passarinho, imitando Collor, que censurou Fajgenbaum por ter declarado ser necessária a mudança constitucional para haver um acordo com o FMI, respondeu que não cabia ao vice-presidente norte-americano dizer o que o Brasil deve fazer. Em resposta, o magnata das finanças, Rockefeller, diz que "o Brasil tem o direito de escolher as políticas que quiser, mas os investidores escolherão onde colocar seu dinheiro".

Demonstrou assim que o capitalismo brasileiro está condicionado pela burguesia imperialista.

O presidente da República, diferentemente da atitude tomada em relação da Fajgenbaum, logo corrigiu seu ministro da Justiça, reconhecendo as patentes dos produtos estrangeiros. Servilmente, qualificou de pirataria o que os capitalistas brasileiros fazem com a "propriedade intelectual", pertencente às multinacionais. É como se o controle da tecnologia nas mãos de meia dúzia de magnatas internacionais, que sacrificam as massas no mundo inteiro, não fosse o resultado da vasta opressão nacional, exercida sobre as semicolônias, como o Brasil.

Quayle não veio aqui apenas por motivo das patentes, que, de resto, já estavam em discussão no Congresso, em forma de projeto-lei. O imperialismo norte-americano desenvolve a estratégia mais ampla, denominada de "Nova Ordem Mundial", fortalecida pela guerra do Iraque e desagregação da Rússia.

Para as semicolônias, esta linha significa destruir todas as barreiras nacionais, que protegem a economia interna. O protecionismo estatal e a reserva de mercado estão em contradição com as necessidades de expansão do imperialismo, que se contorce em lutas entre suas frações, motivadas pela crise de superprodução e estreitamento do mercado mundial.

Os EUA não podem permitir que seus bancos se quebrem, como é o caso da bancarrota do Citicorp, quando são grandes credores e podem se salvar às custas da sangria dos devedores. Assim, as reformas pró-imperialistas exigidas são de longo alcance, que mexam nas relações intercapitais e na estrutura estatal protecionista.

O encontro de Quayle com os empresários de S.P. foi noticiado como o mais importante de tudo. E a razão está em que o representante do imperialismo visou dar um "ultimatum" para a fração mais influente do capital nacional, para que apoie o governo Collor em suas reformas pró-imperialistas.

A incursão de Quayle deixou claro que a América Latina como um todo terá de se submeter mais amplamente ao comando norte-americano, à sua "Iniciativa para as Américas". Ao governo e à burguesia nacional não há outra via senão aceitar as condições impostas pela crise mundial. Enfim, são as massas que pagam com a miséria e o desemprego.

Contra esta estratégia, impõe-se ao proletariado levantar a luta ant imperialista, armar-se de suas reivindicações elementares e defender o programa da revolução proletária.

O Conselho da República Proteção para a Ditadura Civil

Certamente, a convocação do Conselho da República por Collor foi motivada pelos ministros militares. Ocorreu depois da manifestação dos generais criticando o Parlamento por derrubar a MP 296 e entravar a diretriz governamental. O Conselho da República é um organismo previsto na Constituição de 1988, que pode ser convocado para aconselhar o Presidente no caso de "intervenção federal, estado de defesa e de sítio, e questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas". Trata-se, como se vê, de um instrumento de força do Estado capitalista, apropriado para situações de crise.

Então qual é a crise?

Na instalação do Conselho, Collor centrou seu discurso na defesa da reforma constitucional. Chamou a atenção do Legislativo e Judiciário para que apoiem a implantação do Projeto de Reconstrução Nacional. E enfatizou a necessidade de apressar as reformas estratégicas. A crise está justamente na brutal ausência de unidade burguesa em torno das mudanças pró-imperialista, que têm dilacerado o poder do Estado e travancado as decisões do Executivo.

Os impasses surgidos no Congresso frente às mudanças como a lei de informática, remessa de lucro, propriedade intelectual, etc. e os conflitos com determinadas decisões do Judiciário (suspensão do leilão da USIMINAS, etc) são fruto do choque de interesses interburgueses. Por outro lado, o imperialismo joga pesado para que o governo dê passos concretos no entreguismo.

Mediante o esgotamento dos choques I e II e retomada dos desequilíbrios econômico-financeiros, a tendência é do governo se despedaçar ainda mais, e cair na ingovernabilidade. A burocracia sindical e o reformismo petista têm freado a luta das massas, permitindo ao governo manobrar em difíceis circunstâncias. Entretanto, a situação social é explosiva. O que decide o rumo da crise de regime é a luta de classes.

São estes os fatores que exigem a convocação do Conselho de Estado. O governo em crise recorre a ele para disciplinar o Congresso e impôr o plano antinacional. Cada vez mais Collor deverá expôr o verdadeiro caráter de ditadura civil de seu governo.

As massas terão de reagir com a ação direta, combatendo pelo fim do governo antinacional e antipopular.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO
E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL No 01171 · CEP 01057 · SÃO PAULO · SP

A LUTA PRESIDENCIAL, SOB A BASE DA CORRUPÇÃO

A denúncia de Roberto Requião (PMDB), governador do Paraná, sobre as corrupções do ex-governador de São Paulo (PMDB), Orestes Quércia, é parte da luta interburguesa pela presidência da República. Há três anos de distância das eleições, as facções dos partidos burgueses se dilaceram na disputa de posições, o que reflete a crise do regime político.

Os escândalos acompanham toda vida pública de Quércia e nunca foram impecilios para sua carreira no Estado. Isto porque a corrupção não se circunscreve a esta ou àquela personalidade. É própria das relações burguesas no aparelho estatal, onde predominam o poder econômico e o tráfico de influência.

Neste jogo, Brizola e Requião se unem a Collor, que para isso os compra com verbas do Tesouro Nacional. É comum os políticos da burguesia se utilizarem das denúncias contra os oponentes da mesma classe social. Assim, procuram arrastar as massas para apoiá-los em campanhas moralistas demagógicas, que lhes renderão votos na disputa pelo poder.

A resposta dos trabalhadores é defender os tribunais populares, eleitos pelos assalariados organizados nos sindicatos, CUT e bairros operários. Somente um organismo dos explorados poderá apurar a corrupção, como meio para lutar contra os partidos burgueses e seu Estado.

Combate ao Narcotráfico ?

A agência de combate ao narcotráfico dos EUA (DEA) se prontificou a ajudar o governo brasileiro, na repressão ao tráfico de cocaína, na região amazônica. Os EUA têm interesse na militarização, pois essa é a única resposta do imperialismo para o combate ao tráfico.

O governo, através de Romeu Tuma, tenta o diálogo para mascarar a pressão de militarização, comprometendo-se a manter informados os ianques do combate à droga. O que não será possível por muito tempo.

Enquanto isso, o Parlamento não faz outra coisa senão discutir a cassação do deputado Jabes Rabelo, por envolvimento no tráfico, bem como apurar as denúncias contra a deputada Raquel Carneiro. Mais uma vez, os parlamentares petistas entram "de cabeça" na investigação dos já comprovados corruptos. Portanto, longe de denunciar e mobilizar as massas contra a proposta dos EUA, acabam fazendo o jogo distraçionista, juntamente com os partidos burgueses.

Intervenção em Rondônia ?

Além das reformas constitucionais pró-imperialistas, caberá também ao Conselho da República analisar a intervenção do governo federal no estado de Rondônia. "O governo brasileiro vem recebendo inúmeras pressões externas favoráveis a uma medida de força no controle do tráfico de drogas, sobretudo do Departamento de Estado Americano" (05.08 Jornal da Tarde).

Na Bolívia, Peru, Colômbia, etc., o imperialismo se utiliza do narcotráfico para intervir diretamente junto ao governo e exército. O capitalismo decadente da norte-américa é o maior responsável pelo tráfico e consumo da droga. Enquanto subsistir, continuará a ser o centro irradiador do narcotráfico, que se utiliza da miséria dos países semi-coloniais. Somente a destruição do regime econômico decadente poderá pôr

fim a esse flagelo, típico da barbárie.

A implosão do tráfico em Rondônia foi planejada pelo governo, em consonância com os organismos do imperialismo, pois está disseminado por todos os cantos do país. A intenção é a de permitir a intervenção federal e abrir as portas para a presença do imperialismo, que visa orientar desde dentro as forças reacionárias contra a explosão social e política.

É bem possível que esteja nos cálculos do imperialismo se utilizar do Brasil para futuras intervenções em conflagrações na América Latina. A Bolívia é um destes pontos. Há que se denunciar e rechaçar a intervenção. As massas não podem deixar-se enganar, e levantar a luta anticapitalista, a única que pode enfrentar a ingerência imperialista.

Collor Prepara Novo Choque

O governo voltou a monitorar os preços de vários produtos. Apesar da negativa de Collor, o controle limitado de preços tem como finalidade trabalhar um realinhamento dos produtos para viabilizar um novo choque econômico. O imperialismo já pressiona para isso, frente ao descontrole inflacionário, o avanço da crise econômica e a incapacidade do governo em aplicar o plano Collor e o Projetão. Como de outras vezes, o choque recairá sobre as massas. A greve geral por tempo indeterminado é o instrumento para resistir. Há que prepará-la sob a base de campanhas.

Para Acabar com a Corrupção, FORMAR OS TRIBUNAIS POPULARES

Só na Previdência foram arrolados mais de 100 mil fraudadores, envolvendo médicos, juizes, advogados, funcionários da cúpula do governo e banqueiros. Soma-se a isso os escândalos de desvio de verbas públicas, as falcatruas da Caixa Econômica Federal, as famosas "caixinhas", o rombo

da "raspadinha", etc. São inúmeros os exemplos de corrupção. Mas o que foi feito para punir os responsáveis? Nada.

A corrupção é a marca de um regime que se desintegram, junto com ele carrega os seus governos e a classe dominante. Por isso, são incapazes de combatê-la. Não é

a toa que as CPIs criadas no Congresso para investigação não conseguem dar um passo sem esbarrar nos próprios compadres.

A única alternativa é o proletariado, como dirigente da maioria nacional, tomar para si a tarefa de julgar e punir a corrupção burguesa. Nesse sentido, defendemos a

criação imediata dos tribunais populares em todos os sindicatos e organizações populares, sob o controle da maioria oprimida, para que possam de fato julgar e sentenciar todos os culpados. Somente as massas organizadas e mobilizadas serão capazes de executar as sentenças.

Tamanho do Arrocho na Definição da nova Política Salarial

Diante do crescimento da inflação e do esgotamento da Medida Provisória que regulamentava a concessão de abonos até o mês de julho de 91, o governo e o Congresso debatem o estabelecimento de uma nova política salarial.

O governo, apoiado no FMI defende a livre negociação, que na prática significa o congelamento da grande maioria dos salários, e um salário mínimo de 34 mil.

A Comissão de Trabalho da Câmara propunha uma elevação do salário mínimo para 47 mil e a prefixação mensal da inflação para correção de todas as faixas salariais. O deputado petista Paulo Paim defende a proposta da Comissão do Congresso,

mas acha "que vamos chegar a um valor intermediário" (menor que os 47 mil).

A discussão sobre a política salarial ganha importância por estar ligada a um dos principais pontos da política econômica do governo: o arrocho salarial. Nos planos imperialistas de reconstrução, o arrocho salarial cumpre um papel fundamental, pois é sobre a base da superexploração sobre os assalariados (que aumenta a margem de lucro das empresas) que a burguesia procura uma compensação limitada para as perdas resultantes da recessão imposta ao país.

O que está sendo negociado entre as frações burguesas por trás da disputa governo/congresso é o grau de arrocho salarial que seria suportado pelas

massas, sem levar a uma explosão grevista ou a um aprofundamento brutal da recessão. As propostas de prefixação, gatilho ou a limitação dos reajustes aos salários mais baixos (até 5 salários mínimos) são formas alternativas de arrocho salarial (menos brutal que o congelamento embutido na livre negociação).

Ao contrário de se aceitar as migalhas do Congresso burguês, cabe à CUT encabeçar a luta nacional por um salário mínimo real (piso do DIEESE), com escala móvel de salários e reposição de todas as perdas. Qualquer vacilação nesse sentido por parte das direções é pura colaboração com a burguesia para arrochar ainda mais os salários.

SALÁRIO MÍNIMO: DEFASAGEM CRIMINOSA

O DIEESE fez um levantamento histórico do salário mínimo desde a sua implantação, (1940), até hoje. O que se pôde constatar é que nos últimos 51 anos, o salário mínimo atual é ridículo. Em julho de 1940, era de 220 mil-réis (equivalente à Cr\$ 74.467,47). Atingiu seu ponto mais alto em janeiro de 1959 (Cr\$ 107.292,74), e em dezembro de 1990 seu ponto mais baixo (Cr\$ 16.414,06).

Em maio de 1991, o salário mínimo chegou a soma de Cr\$ 23.131,68 (o equivalente a 20 mil-réis), necessitando de um aumento de 222% para alcançar o mesmo patamar de 1940.

Apenas para a alimentação de uma família de 4 pessoas seriam necessários CR\$ 45.940,29.

Em Julho, o DIEESE estimava, que para atender

todas as necessidades de uma família (moradia, alimentação, transporte, etc); o salário mínimo seria CR\$ 127.683,00, o que implicaria num aumento de 452%.

Considerando que, mais de 10% da população economicamente ativa (PEA) recebem até um salário mínimo, e 40% destes recebem até meio salário, o que assistimos no Brasil é o massacre da grande massa trabalhadora. A situação que se coloca para esses 15 milhões de assalariados é de fome, miséria, indigência e marginalidade.

Consequentemente, a defesa do salário mínimo real implica na defesa da vida do trabalhador. Esta defesa deve ser feita pelos trabalhadores, sindicatos e pela CUT, que se mantém à margem da questão salarial no país.

PT capitula frente à direita

Além da miserável defesa do mínimo de 47 mil (a ser negociado com o governo, para se chegar a um resultado ainda menor), o PT também abre mão da escala móvel. Segundo José Genoíno, a bancada petista vai defender uma correção mensal plena para salários até 10 mínimos. Mas, já admite que, para assegurar a sanção do projeto, o PT poderá apoiar a redução desse teto para 5 salários mínimos (85 mil, hoje). Os salários restantes sofreriam perdas mensais com a inflação.

Alguém quer maior prova da impotência do reformismo?

SALÁRIO NÃO É ESMOLA !

Salário é o preço que nos pagam pela venda de nossa força de trabalho. Não podemos vendê-la por uma miséria que nos mata de fome. Devem nos pagar o necessário para recuperar essa força e alimentar nossos filhos que serão os futuros operários. Esse é o Salário Mínimo Real, que, para não ser reduzido quando sobem as colzas, deve ser complementado pela Escala Móvel, ou seja, que aumentem o salário cada vez que sobe o custo de vida.

Salários São Cada Vez Menores

Segundo a própria FIESP, os salários atingiram em março passado o valor mais baixo dos últimos 5 anos. E o DIEESE mostra que a participação dos salários na renda nacional caiu de 55.5% em 1959 para 50.3% em 1979. E chegou a atingir apenas 38% da renda em 1988. É a superexploração do trabalho, que cresce com o agravamento da crise capitalista, produzindo cada vez mais a miséria para a grande maioria e concentrando quase toda a renda nas mãos de um punhado de parasitas. É preciso destruir o capitalismo para acabar com a miséria.

**PELO SALÁRIO MÍNIMO REAL (157 MIL)
COM ESCALA MÓVEL**

Por que caiu o número de greves ?

Caiu pela metade o número de greves nos 5 primeiros meses deste ano, em relação ao mesmo período no ano passado. Segundo o Deseq, da CUT, só em maio as paralisações caíram de 246, em 1990, para 94, em 1991.

A explicação de que estejam ocorrendo menos greves só pelo receio dos trabalhadores com a recessão e a perda do emprego (ainda que ele exista) não se sustenta. No início de 90 foi quando mais aconteceram demissões e hoje há até uma sensível recuperação do nível de emprego.

Também é falsa a argumentação de Durval de Carvalho, da executiva nacional da CUT, de que hoje existe maior sensibilidade dos empresários para negociar (basta ver a tendência patronal favorável ao congelamento dos salários embutido na livre negociação, ou as propostas de reajustes que tem sido feitas - 8% na campanha de emergência dos Frios-SP, por exemplo).

O que ocorre é que a tendência de luta foi bloqueada pelas direções do movimento. A CUT e os sindicatos têm aprofundado sua burocratização e não têm servido como canal de expressão para as lutas. Antes disso, têm se colocado

como obstáculo, porque se opõem à formação dos comandos de base, marginalizando a vanguarda das negociações e da condução da campanha, e têm limitado as reivindicações (índices muito inferiores às perdas).

Há também uma desconfiança crescente dos trabalhadores em relação às direções, que têm mantido as organizações sindicais no imobilismo, principalmente em relação à direção da CUT, que desmarcou seguidamente as greves gerais (ou anulou o potencial das que ocorreram).

Com a perspectiva de crescimento da inflação e da retomada por parte do governo dos processos de privatização e abertura ao capital externo, coloca-se a necessidade de enfrentar o arrocho salarial e a ofensiva recolonizadora com a ação de massa: as greves, as ocupações, etc. Mas para que isso aconteça, cabe defender a formação dos comandos de base unitários, porque a burocracia não é capaz de erguer a luta. Por isso, ganha maior importância a defesa das frações revolucionárias nos sindicatos e na CUT, que permitirão às bases expressarem sua tendência de luta.

Direção da CUT defende arrocho limitado

No último dia 07.08, Jair Meneghelli entregou ao ministro da Economia uma proposta de política salarial. Seu conteúdo: salário mínimo de 47 mil retroativo a março e a partir daí reajustado pela inflação; aumento de 50% para outras faixas este mês e reajuste mensal pela inflação do mês anterior.

Meneghelli reconhece que 50% de aumento não repariam as perdas salariais.

Para a confissão total da capitulação, faltou dizer também, que o salário mínimo de 47 mil seria menos de 1/3 do necessário para a sobrevivência do assalariado.

Ao invés de se lançar numa campanha nacional com base na mobilização de massas, a direção da CUT se limita a entrar no jogo de disputa interburguesa parlamentar de negociação do grau de arrocho, que será despejado sobre os trabalhadores.

O desenvolvimento da crise capitalista faz cair a máscara do reformismo e o coloca como comparsa da burguesia contra os assalariados. É nossa obrigação rechaçar a conduta conciliadora da direção cutista e se lançar à luta pelo Salário Mínimo Real, com escala móvel, e reposição de todas as perdas.

USIMINAS:

Para que serve a decisão judicial ?

Em pleno processo de abertura de leilão da Usiminas, o juiz federal de Minas Gerais acatou a liminar impetrada pela CGT-MG e por parlamentares mineiros. A ação popular se baseia na contestação do baixo valor estipulado pelo governo. O juiz considerou que pode haver lesão ao patrimônio público. De fato, está mais do que comprovada a subvalorização. Porém não é este o problema central e sim o da desnacionalização.

A desestatização não ocorre por imposição nacional. É fruto das pressões recolonizadoras do imperialismo. Os nacionalistas procuram colocar empecilhos legais e comerciais, que de nada adiantarão frente às forças pró-imperialistas. Este é o sentido da liminar da CGT e decisão do juiz.

A defesa real da Usiminas se dará pela luta aberta dos trabalhadores contra o governo e o imperialismo. Por isso, há que se levantar a bandeira de campanha nacional contra a desestatização, que coloque a ocupação e o controle operário da produção.

Opressão social no Brasil

Agravam-se os conflitos indígenas do país.

Na tribo dos Ianomamis (AC) já morreram 1500 em conflitos com os garimpeiros.

A própria FUNAI admite que, por falta de recursos médicos, as doenças infecciosas têm causado muitas mortes. Morre um Ianomami por dia vítima da malária e existe a previsão de uma epidemia de AIDS. Na tribo Ticuna (AM), houve 3 mortes por cólera.

A opressão do trabalho semi-escravo nos canaviais e destilarias têm provocado o aumento dos suicídios na tribo dos Caiová (MS) - é o décimo nesse ano.

A tribo de Belém de Simões iniciou um movimento pela emancipação da aldeia (4000 índios) do município de Tabatinga, provocando reação negativa da Igreja.

Há mais de 20 anos, indigenistas e ambientalistas do Brasil e do exterior reivindicam a demarcação das terras indígenas.

Recentemente, a ONU enviou mais US\$ 550 mil e exigiu de Collor a solução do problema até a próxima conferência da ONU

EXPO/92. Claro que do ponto de vista do imperialismo.

Diante dessa imposição, o governo federal já iniciou a operação expulsão dos garimpeiros e promete em 90 dias aprovar o projeto "Programa de Ação Fundiária" de demarcação das terras Ianomami.

A demarcação das terras não significa a garantia delas às tribos, nem a autonomia de fato das mesmas.

Ao contrário, o imperialismo, bem como a burguesia nacional visam deter o domínio das áreas de reservas materiais, e submeter ainda mais as tribos à escravidão capitalista.

Diante da economia atrasada e em decomposição, destruição de forças produtivas, estará colocada mais opressão e mais mutilação das tribos.

A emancipação das nacionalidades indígenas se dará lutando pela autodeterminação, com o direito de terras, cultura e economia próprias.

Somente abolindo o regime de escravidão capitalista será possível o fim da opressão nacional e social.

"Solução" Erundina para os sem-teto

Duas famílias sem-teto moravam embaixo da ponte da Avenida Cidade Jardim. Atendendo à denúncia de uma professora universitária, a prefeitura petista procurou resolver o problema.

A solução encontrada foi a seguinte: ou as famílias aceitavam passagens de volta para o lugar de onde tinham vindo (Vitória da Conquista e Piracicaba) ou teriam um prazo para alugar um barraco em qualquer uma das favelas da cidade!!!

Esta é a resposta do

governo popular do PT para o problema de moradia em São Paulo. Neste caso específico se deu ao trabalho de tão "brilhantes" sugestões, porque estavam enfeando um bairro reconhecidamente burguês.

Os sem-teto, em sua misérrima condição, disseram que até entendiam, porque *como não tinham água, o cheiro devia mesmo estar incomodando as pessoas do bairro!!!*

Esse é o "governo para todos" do PT.

Sem-terra Enfrenta os Fuzis

Cerca de 250 trabalhadores foram obrigados a se confrontarem com 600 homens da PM armados de fuzis, bombas e cães amestrados, após ocuparem a fazenda Guiracá, no distrito De Lerroville em Londrina. Dos 26 sem-terra feridos, quatro estão internados por ferimento à bala, o que demonstra a violência militar.

Guiracá faz lembrar Bagé e Vila Socialista, onde o Estado desencadeou feroz repressão armada. A exemplo destes dois acontecimentos, os sem-terra reagiram com bombas de molotov e espingardas, atingindo um dos policiais.

Agora, a repressão visa prender as lideranças, como já ocorreu com Iraci Saleta Strzak, transferida da polícia militar para a federal.

Uma parcela do movimento sem-terra chegou à conclusão de que somente "a ocupação e resistência na terra poderá solucionar a questão agrária no país".

Para a resistência ganhar força é necessário lutar contra o isolamento e fragmentação dos movimentos, construindo os comitês agrários e organizando a aliança operária e camponesa.

Militarização das lutas sociais

A cada movimento de ocupação o Estado se vê obrigado a recorrer às forças policiais, fortemente armadas. O ferimento à bala dos 4 camponeses de Londrina e os mortos, em dezembro de 90, de dois ocupantes da Vila Socialista atestam que os meios pacíficos se tornam ineficientes.

O envolvimento do exército no assalto à CSN, deixando dois metalúrgicos mortos, indicou a necessidade do Estado ir além das tropas de choque. Na greve dos Petroleiros, os ministros de Sarney ensaiaram ocupar as refinarias. E Collor, frente à greve dos portuários, chegou a preparar a invasão dos portos, para impor seu projeto de privatização. Só

não ocorrendo devido à negociação feita com partidos da burguesia e burocracia sindical.

Nos países atrasados, em que o Estado burguês não tem como se sustentar pelo controle democrático da luta de classes, a militarização surge a cada instante. Para enfrentar essa tendência, há que se potencializar o movimento de massa a nível nacional, bem diferente das negociações democratizantes do reformismo.

A construção do partido revolucionário coloca a necessidade de ganhar parte das tropas para seu programa, uma vez que estas se acham submetidas às contradições capitalistas.

Latifúndio e Revolução Proletária

Os violentos choques de sem-terra com a polícia militar, que vêm se ampliando nos últimos tempos, e os assassinatos de líderes camponeses por jagunços são o resultado da luta de classes, determinada pelas relações de propriedade baseadas no latifúndio.

Com a desintegração do capitalismo brasileiro semicolonial, amplia-se a crise da economia agrária e evidencia o caráter historicamente reacionário da propriedade oligárquico-latifundiária. Ao contrário do que dizem, a implantação da agroindústria em alguns polos restritos acirra as contradições da economia atrasada, submetida à lei do desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, em que fundem a mais alta tecnologia industrial com as formas arcaicas (pré-capitalistas) de produção. O latifúndio e os milhões de pequenas propriedades, com baixíssima produtividade, são o resultado histórico de implantação do capitalismo semicolonial pelos colonizadores e imperialistas. A burguesia nacional, que se forjou sob o

domínio do grande capital financeiro internacional, jamais pôde romper com a estrutura atrasada de produção agrária e exploração camponesa. Os nacionalistas sonharam com a reforma agrária, que viria do Estado semicolonial (reformas de base). O Estatuto da Terra do regime militar, que apenas previa o assentamento pacífico de pequenos proprietários, não chegou a ter a mínima vigência. Agora, a política de assentamento não tem a menor perspectiva. A via histórica é a de ampliar a luta de classes no campo, como base da revolução proletária, que resolverá os grandes problemas nacionais, como destruição do latifúndio, das formas pré-capitalistas de produção, conquista da independência nacional e erradicação da miséria. Esta é a razão pela qual a vanguarda camponesa, disposta a ocupar e resistir, deve se colocar pela construção do partido operário revolucionário, que expressa, no seu programa, a revolução agrária como parte da tomada do Estado pelo proletariado.

Liberdade a Iraci Starzak

A polícia federal mantém presa a líder dos sem-terra da ocupação da fazenda Guiracá. Assim, aumenta-se o número de trabalhadores presos por razões políticas e sociais. Cabe fazer a campanha pela sua libertação em conjunto com os demais presos. Eis porque formar os comitês contra as prisões e opressão social.

Vila Socialista e Morro do Samba: Unir e Resistir!

O governo pela sexta vez ampliou o prazo para a entrega dos 224 alojamentos, destinados aos moradores da Vila Socialista, que estão nas escolas, e os do Morro do Samba.

Hoje, existem mais de 600 famílias aguardando o cumprimento da promessa dos alojamentos. Ao mesmo tempo, os moradores do Morro do Samba não aceitam ser removidos. Exigem a expropriação da terra.

O que o governo pretende é dividir e esvaziar o movimento com essa enrolação.

Está colocado a defesa da unidade dos sem-teto para arrancar a solução do problema pela mobilização.

Ato em Porto Alegre contra as prisões dos sem terra

No dia 08.08, quando completou um ano das prisões dos camponeses, o MST promoveu várias atividades na cidade de Porto Alegre, como vídeos sobre o conflito, arrecadação de assinaturas contra as prisões, músicas e um ato no final do dia na Câmara dos Vereadores.

Participaram do ato vários parlamentares, representantes de partidos políticos, da Associação de Cabos e Soldados e do Comitê de SP pela Libertação dos presos políticos.

Foi acrescentado pelo Comitê SP, que além daquelas atividades, existe a necessidade de se formar comitês de apoio em todos os Estados, centralizados por um comitê nacional, como um passo para a aliança operário-camponesa. Além disso, exigir que as direções sindicais unifiquem as lutas do campo e da cidade, para fazer frente à repressão capitalista, que aumenta diariamente..

O novo aumento das passagens de ônibus de Erundina

A prefeitura de São Paulo aumentou as passagens de ônibus para Cr\$ 150,00. Trata-se de mais um ataque às condições de vida dos assalariados, que têm seu poder de compra diminuído. A prática da prefeitura petista favorece novamente o capital dos transportes em detrimento dos trabalhadores.

O aumento excessivo das tarifas, muito acima da inflação, tem levado também ao crescimento do transporte paralelo em São Paulo (peruas, ônibus de turismo), que se aproveitam do alto custo e das péssimas condições de transporte para oferecerem seus "serviços": viagens de curtíssima distância na periferia da cidade são

feitas sem as menores condições de segurança (veículos velhos, lotados) e a preços altíssimos. Tudo com a conivência da prefeitura.

A suposta resposta do PT ao problema, que mais preocupa os paulistas (os transportes, segundo pesquisa de 88), é a chamada municipalização, que foi aprovada no dia 21.05.91. Pelo projeto, a CMTC deixa de gerenciar o sistema, as empresas particulares passam a receber por km rodado, independente do número de passageiros. Todas as despesas de pessoal, administração, operação, manutenção, depreciação de veículos, impostos, tributos e taxas de qualquer espécie serão pagos pelo município. ○

empresário só precisa ter o veículo, terá lucro garantido de 20% sobre o n. de passageiros transportados e 80% sobre os serviços, incluindo o km rodado.

Em outras palavras, a municipalização significa privatização da CMTC e subsídio à lucratividade do capital, às custas dos trabalhadores, que pagarão por tudo na passagem, nos impostos ou na deterioração da cidade (educação, saúde, limpeza, etc).

Contra a política pró-burguesa do PT na prefeitura cabe lutar pela estatização dos transportes, controle das empresas pelos trabalhadores, equiparação salarial e revezamento de funções nas garagens.

Prefeitura petista ataca greve dos médicos

Os médicos da cidade de São Paulo estão em greve desde o dia 31 de julho, em protesto contra as mudanças impostas pela Secretaria Municipal de Saúde. Os médicos se opõem à chamada "remoção zerada", segundo a qual a prefeitura pretende mudar o sistema atual de 24 horas semanais corridas para 2 plantões de 12 horas.

A prefeitura petista ignora o movimento e até o dia 17 requisitará os médicos para escolherem uma vaga e local de trabalho. Quem não comparecer terá de se contentar com as vagas remanescentes.

O problema dos baixos salários dos médicos e da falta de atendimento não se resolve simplesmente com a questão do número e extensão dos plantões, mas é fruto da crise do capitalismo, que leva à falência financeira dos Estados. Há que se lutar por melhores salários, condições de trabalho e melhor atendimento à população (mais médicos). A prefeitura petista é incapaz disso, porque pretende administrar a crise do aparato estatal burguês, e para isso não vacila em reprimir os movimentos.

O Que Tem Feito o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema ?

No mês de julho, limitou-se a fazer uma campanha pela correção da tabela do IR, com passeata e ato. Mas em relação ao salário, o que tem feito? Continua fazendo os acordos diferenciados por fábrica ou negociação por setor. Nada de campanha de luta. E isso num momento em que a produção automobilística está batendo recordes!

No momento, o sindicato está empenhado em apoiar as negociações do PT e da direção da CUT no Congresso Nacional e com o governo, defendendo o salário mínimo miserável de 47 mil. Ao invés de se constituir num instrumento de luta, baseado numa ação sistemática na base em defesa das reivindicações e dos métodos de luta próprios da classe, a burocracia reformista transforma o sindicato num trampolim para as negociações no parlamento e nas instituições burguesas.

É preciso construir a fração revolucionária nesse setor, que é um dos meios importantes do movimento operário nacional, para varrer com a burocracia e colocar o sindicato à testa das lutas operárias no país.

ASSOCIAÇÃO DO ARISTOM III

CONVOCAR A ASSEMBLÉIA DE BAIRRO

A Associação de Moradores do Aristom III, em Carapicuíba, tem como tarefa impulsionar a luta pelas reivindicações do bairro (ônibus, transformadores de energia para que a luz não falte, etc.). Mas a sua direção tem tido dificuldades para atuar. A primeira delas é a falta de empenho de todo um setor,

que nem mesmo às reuniões comparece. É preciso convocar uma assembléia do bairro e aplicar a revogabilidade de mandato: quem está faltando com o dever deve ser substituído imediatamente pela assembléia.

Um outro problema é a luta para conseguir uma

sede para a Associação. As requisições formais ao prefeito não bastam. É preciso fazer uma campanha com pixações e panfletagens por toda a cidade e, se necessário, ocupar um terreno da prefeitura.

A tarefa essencial é construir uma direção

política que não se restrinja às lutas imediatas, mas aponte para a necessidade de unificação com o movimento operário, e principalmente, para a destruição do capitalismo como única forma de resolver definitivamente os problemas que levanta o movimento popular.

TÊXTEIS DE SÃO PAULO:

**Superar a paralisia da burocracia sindical
Organizar a greve geral na campanha salarial**

A paralisia da burocracia sindical, ligada à Força Sindical, fez com que a campanha de reposição salarial não fosse uma campanha de luta, o que resultou num acordo miserável.

Na Campanha Salarial, é preciso que os operários não deixem que a burocracia os leve novamente à paralisia, para não continuarem vendo o minguado salário cada dia menor.

Está colocado para a categoria tomar a direção da campanha, e isto só será possível com a organização dos comandos de mobilizações nas fábricas, que discutirão os problemas internos, juntamente com os problemas gerais da classe, mostrando a necessidade da greve em todas as fábricas.

Há que se construir o comando geral de mobilização, eleito nas assembleias gerais e com revogabilidade de mandato, que dirigirá a campanha, submetendo a burocracia do sindicato. Só assim a categoria poderá controlar e organizar a campanha e impedir que a burocracia a afunde, como no ano passado.

Para a oposição, está colocado o desafio de romper o bloqueio criado pela burocracia para formar os comandos e preparar a greve

geral por:

- salário mínimo do DIEESE(156 mil);
- sábados livres;
- escala móvel de salários;
- reposição de todas as perdas salariais e demais reivindicações.

**CONSTRUIR OS COMANDOS DE FÁBRICA
FORTALECER A FRAÇÃO REVOLUCIONÁRIA**

Nessa campanha salarial, cabe aos têxteis construir os comandos de fábrica, que serão formados pelos elementos mais destacados na luta e que terão a responsabilidade de organizar os operários para enfrentar a exploração patronal. Isso significa, que deverão mostrar aos operários a necessidade de terem o controle da

produção e conduzi-los para isso.

A vigência desses organismos só virá com o fortalecimento da fração revolucionária têxtil, que compreende que a luta sindical por melhor salário, é parte da luta do proletariado de destruir o regime capitalista, pois o regime assalariado é a expressão da escravidão.

MONIZAC:

**É preciso
organizar a greve !**

A Monizac, uma fábrica de lingerie em SP, obriga diariamente as operárias a se despirem e passarem por uma revista vexatória.

Esse é o grau máximo de exploração capitalista. Além de pagarem baixíssimos salários, e de não fornecerem segurança no trabalho (como contaminação por pó dos tecidos e ensurdecimento pelo barulho dos teares), os capitalistas como os da Monizac têm a petulância de revistarem as operárias na saída.

É preciso começar a organizar a greve na fábrica, como parte da greve geral pelas reivindicações salariais. Ao mesmo tempo, cabe aos operários têxteis, incorporarem o "fim da revista" à plataforma de reivindicações salariais.

**CAPITALISMO E
OPRESSÃO DA MULHER**

Têm aumentado as denúncias de opressão que as operárias vêm sofrendo diariamente.

Na sociedade capitalista em crise aprofunda-se a opressão em função da desagregação do regime, que vem submetendo os assalariados às leis econômicas de exploração do trabalho, que os levam à mutilação. É nesse quadro que a opressão sobre a mulher encontra-se completamente

agravada, pelos baixos salários, dupla jornada de trabalho, desemprego, violência, etc.

Somente o marxismo vem demonstrando que a libertação da mulher só acontecerá com a destruição da sociedade capitalista. A emancipação da mulher se dará pela emancipação do proletariado. O enfrentamento da opressão da mulher é parte da luta de classes.

CONHEÇA E DIVULGUE:

**O REFORMISMO DO PT E A FALÊNCIA DAS ESQUERDAS
RESOLUÇÕES DO II CONGRESSO DA TPOR**

FRIOS - SP:

CAMPANHA DE EMERGÊNCIA NÃO OBTÉM VITÓRIA

A campanha de emergência lançada pelo sindicato não conseguiu levar à conquista das reivindicações. O reajuste de 8% a 10% sobre os salários de julho configura uma derrota em relação ao índice de 100% reivindicado.

Apesar de toda disposição de luta demonstrada pela vanguarda das principais fábricas, que comparece às assembleias semanais, as greves não aconteceram. E não aconteceram devido à burocratização do sindicato, que não funciona como instrumento de luta. As negociações restritas a uma parte da diretoria, às costas da classe; a sistemática negação em formar os comandos de base e o comando unitário de campanha, com a participação dos trabalhadores, e a limitação das reivindicações ao "possível" de ser conquistado pela negociação impediram que a tendência de luta se expressasse.

A verdade é que o objetivo da diretoria, controlada pela corrente Causa Operária, era eleitoreiro. O grupo do Sr. Carlito tinha como preocupação principal a utilização da campanha limitada para aglutinar apoio para a campanha eleitoral do sindicato. Assim, desde o início bloqueou a potencialidade da luta.

A oposição "AÇÃO

DIRETA" defendeu nas assembleias que a campanha deveria levantar o salário mínimo real com escala móvel de salário e a reposição de TODAS as perdas (mais de 300%); e que fosse organizada pela base, através dos comandos fabris, e do comando geral unificado; e defendeu a greve geral da classe, contra as greves isoladas por empresa e a "sair a qualquer momento" defendida pela Causa Operária no Sindicato.

A campanha mostrou que há muito o que fazer pela oposição. É

preciso organizar os trabalhadores sobre a base do programa de classe, única forma de reunir as forças necessárias para vencer a burocracia e devolver o sindicato à classe. É preciso fazer com que o programa classista penetre nas massas e surja delas com força para se impôr contra a burocracia.

Caso contrário, o sindicato permanecerá burocratizado, haverá novas crises e a classe não terá em suas mãos seu instrumento de luta.

Campanha de emergência é mais uma prova da burocratização do sindicato

A campanha de emergência mostrou como a corrente Causa Operária burocratiza o Sindicato, da mesma forma que as outras correntes democratizantes. Ao invés de levar o Sindicato ao trabalho sistemático nas bases, para organizá-las para a luta por suas reivindicações mais sentidas, fez do sindicato um aparelho vazio, que só aparece de última hora. Ao invés de abrir o sindicato aos trabalhadores, para que estes

o utilizem para sua luta, fecha o sindicato e restringe a participação da vanguarda.

Está demonstrado que mesmo a ala mais à esquerda da burocracia não é capaz de tornar o sindicato num instrumento de luta. Só a fração revolucionária pode fazê-lo, pois baseia-se no programa revolucionário, e por isso realiza a luta diária, sistemática, contra a exploração capitalista.

TELEBRAS/TELESP:

A CAMINHO DA PRIVATIZAÇÃO

O presidente Collor, enquanto não consegue mudar a Constituição, obedecendo às ordens de seus patrões do FMI, vai driblando a Constituição para que a privatização do Sistema Telebrás se dê de fato. Para que se dê de direito, já existe um "emendão" que será apresentado ao Congresso.

A Telebrás teve seu capital aumentado de Cr\$ 434,8 bilhões para Cr\$ 2,2 trilhões. Houve um "boom" na compra das ações preferenciais no mercado de capitais, liderado pelo

Citibank, que adquiriu US\$ 30 milhões (cerca de 8% do total de ações da empresa). O CVM levantou, inclusive, a suspeita de "uso de informação privilegiada" que está sendo apurada.

Portanto, mesmo mantendo o controle acionário, boa parte do capital se encontra já em mãos dos investidores estrangeiros.

Como apenas isso não é suficiente para satisfazer a sanha dos imperialistas, abriu-se também, para o capital estrangeiro, a exploração de fatias do mercado de

telecomunicações, consideradas de uso restrito (p.ex: telefonia móvel), que movimentariam cerca de US\$ 2,8 bilhões em negócios. Uma "bagatela" que será embolsada, pelos investidores estrangeiros e não revertidos para o país.

A questão da privatização, que tem vindo à baila nos últimos meses, oficiosamente é tão antiga que existe um consórcio de empresas formado desde o ano passado (AT&T, Sid Telecom, Itatel), para explorar o sistema.

O processo de

privatização das empresas Telebrás aguarda apenas o golpe final da aprovação do "emendão", para ser realizado em sua plenitude. Logo, cabe a levantar a bandeira de luta contra as negociatas espúrias que se fazem às costas dos trabalhadores e de toda nação e colocar-se frontalmente contra as privatizações.

E exigir a imediata convocação de uma assembleia sindical para organizar a luta contra a desnacionalização e a superexploração dos assalariados.

Enfrentar as privatizações com a ocupação das empresas

QUAL O CONTEÚDO DO PROJETO DO GOVERNO PARA A EDUCAÇÃO

Fleury indicou 33 membros para compor o Núcleo de Gestão Estratégica, entre professores universitários, elementos da rede privada de ensino e o empresariado paulista, para a elaboração do "Programa de Modernização do Sistema Educacional do Estado de S.P.". Este programa estabelece o conceito de "Escola-Padrão" a ser implantado inicialmente em 300 unidades, a partir deste mês, e sua extensão a toda a rede no ano de 92.

Para tal, o governo fez um empréstimo junto ao BIRD e acatou a exigência do Banco Mundial de hipotecar os prédios de 10 escolas (que estão em pleno funcionamento), a Secretaria da Cultura e o Parque Fernando Costa da Agua Branca.

O Programa de reformulação do ensino público, sustentado pelo imperialismo, é mais um passo para a destruição da escola gratuita. Pois coloca a municipalização de 1. à 8. séries, ou seja, todo ensino fundamental.

Numa simples transferência de responsabilidades para os poderes locais. Todas as tentativas de descentralização da educação só contribuíram para o crescimento da rede privada e para o aumento do analfabetismo. Os municípios não dispõem de recursos financeiros nem humanos, o repasse de verbas sempre envolveu corrupção política, etc. E, por outro lado, a descentralização vem sendo uma medida imposta pelos países credores com objetivo de reduzir os gastos públicos num claro propósito de privatizar a educação.

Para resolver o problema de repetência e evasão, o plano propõe a ampliação da jornada única para as 3 e

4 séries e a unificação das 5 e 6 séries. Como se fosse possível combatê-los com medidas administrativas. A reprovação e a evasão estão ligadas às condições econômicas da maioria oprimida. Com um salário mínimo de 23.000,00 e uma inflação de 16% ao mês, impossibilitam a permanência de milhares de alunos nas escolas.

A proposta ataca violentamente os 220.000 professores da rede pública. Recria a famigerada avaliação desempenho, conceito de mérito pelo trabalho, geralmente atribuído pelos diretores, para estabelecer salários diferenciados. Não bastando, impõe os 200 dias letivos e bate na tecla do ensino profissionalizante (experiência já feita na rede com a lei 5692 na época da ditadura militar).

Portanto, longe de superar a crise educacional, o Programa dá passos no sentido de tirar das mãos do maior estado do país a responsabilidade pelo ensino público e gratuito. A iniciativa de S.P. é parte de um plano maior de reduzir o déficit público da União, exigência do FMI, para que o país possa continuar pagando

em dia a dívida externa.

Cabe aos alunos, pais, professores, Sindicato dos Trabalhadores em Educação rechaçarem o "Programa de Modernização do Sistema Educacional," através da luta, da mobilização pelas reivindicações como: a escola única (único sistema escolar de ensino-fim da rede privada), pública, gratuita, autônoma e pelo salário mínimo real do Dieese, com escala móvel.

Fora a ingerência do BIRD na educação!

Nada de entrega de escolas ou prédios públicos (hipotecas)!

Abaixo o Programa privatista do governo Fleury!

COMO FICAM AS HIPOTECAS PARA O PT

A deputada petista Beatriz Pardi responde ao problema das hipotecas dizendo que "foi intensamente questionada por nós, inclusive do ponto de vista jurídico, com argumentação de juristas de renome, ...mas avaliando que o empréstimo era para uma área social, tinha relevância, e que o pagamento seria feito de uma forma racional e satisfatória, julgamos que era possível aceitá-lo". Está aí a posição do reformismo petista: empréstimos e pagamentos, "desde que seja racional". Sabemos que todo empréstimo e pagamento será com o suor dos trabalhadores, com a sangria da economia e com a desestatização. Essa posição do PT é de colaboração com o imperialismo e com o governo privatista.

TURQUIA INVADE NORTE DO IRAQUE PARA CAÇAR CURDOS

No dia 03.08, a guerrilha do Partido dos Trabalhadores Curdos (PKK) atacou com foguetes e metralhadoras um posto fronteiriço militar turco: 9 pessoas morreram. O episódio serviu de pretexto para que a Turquia fizesse uma verdadeira invasão militar sobre o norte do Iraque. Mais de 200 civis morreram durante a operação militar turca.

Os turcos mobilizaram entre 20 e 40 mil soldados, avançaram 16 kms no território do Iraque e estabeleceram uma faixa de 5 km dentro da qual quem penetrar será atacado.

Alguns meses atrás, as tropas inglesas, americanas e francesas formaram um cerco para "proteger" os curdos contra os iraquianos. Isto porque havia interesses dos países imperialistas em derrubar Sadam Hussein do governo do Iraque. Agora, como é um país da OTAN e membro da coalizão que derrotou o Iraque quem agride os mesmos curdos, antes "defendidos", o imperialismo se cala. O governo iraquiano nem mesmo reclamou da violação territorial, aceitando o massacre dos separatistas.

O que antes era feito por Hussein contra os curdos era chamado genocídio. A mesma coisa feita pelos turcos é vista com complacência. O imperialismo e os governos dos países semi-coloniais a eles submetidos são antagônicos a auto-determinação dos povos.

PÔR EM PÉ A FRENTE REVOLUCIONÁRIA ANTIIMPERIALISTA

O acordo Start e a militarização capitalista

O acordo Start entre os EUA e a Rússia, que prevê a redução do arsenal atômico, foi saudado como um progresso para o desarmamento e a paz social. Entretanto, imediatamente, o Senado norte-americano aprovou a instalação, a partir de 1996, do sistema de defesa contra ataques nucleares, aos moldes do plano "Guerra nas Estrelas".

Esta medida contraria o tratado ABM, que limita as armas antimísseis, de 1972, no parecer dos parlamentares opositores ao projeto aprovado. Tanto é que consta de um pedido de revisão do Tratado ABM entre as duas potências nucleares. Segundo os patrocinadores do sistema de defesa, os EUA devem se resguardar de qualquer risco militar, proveniente da Rússia.

Vemos que o acordo Start não é suficiente para o imperialismo, pois o problema está em que objetiva anular a Rússia como poder militar. Por outro lado, o capitalismo não tem como se desfazer do armamentismo, pois uma importante parte da economia imperialista está voltada para a indústria bélica, sem a qual é inconcebível a sustentação das relações econômicas.

A guerra do Golfo Pérsico demonstrou a função estratégica do armamentismo de destruição de forças produtivas e hegemonia imperialista. O fim da militarização mundial só poderá vir com o fim do sistema imperialista. O desarmamento da Rússia e a reintrodução do capitalismo em suas fronteiras ajudarão a perpetuar a barbárie burguesa.

Refugiados albaneses são massacrados na Itália "democrática"

Em março, 24 mil albaneses romperam o cerco da ditadura estalinista e se dirigiram para a Itália. O imperialismo, interessado em expor a crise social da Albânia, não só deu publicidade ao fato como admitiu o êxodo.

Agora, 10 mil refugiados novamente chegaram à Itália, deixando para trás vários mortos. Porém, em lugar dos festejos italianos, receberam prisão coletiva num campo de futebol e imediata ordem de repatriação à força.

Imediatamente as autoridades exigiram do governo albanês que coíba o êxodo, custe o que custar. O Conselho de Segurança e Cooperação na Europa já havia deter-

minado que nenhum país receba refugiados do Leste Europeu. Da primeira leva de albaneses, 6 mil continuam desempregados e deverão também ser expulsos da Itália.

Como se vê, não há lugar na velha Europa capitalista em crise, cuja previsão de desemprego é extraordinária. Sob o regime estatal estalinista, que impede o desenvolvimento das forças produtivas, também só há sacrifício e opressão. A solução para os trabalhadores da Albânia não está em se refugiar, mas fazer a revolução política: destruir a ditadura estalinista social-democrata e colocar a economia nas mãos das massas.

O que está por trás do veto da URSS à intervenção na Iugoslávia

A proposta de intervenção militar no conflito entre as repúblicas Iugoslavas pelos 9 integrantes da UEO (União Européia Ocidental) levou a União Soviética a advertir formalmente os países europeus em nota oficial, divulgada no dia 06.08. Segundo ela, "Aqueles que estão propondo o envio de forças internacionais à Iugoslávia calcularam mal o que poderá acontecer" e que a consequência de uma intervenção será o "alastramento do conflito para toda a Europa". Não se trata de uma opinião principista dos stalinistas à ingerência imperialista. Tanto é, que a URSS votou favorável à intervenção americana no Iraque, na ONU.

O receio da burocracia estalinista está na possibilidade de abrir um precedente para futuras intervenções militares em conflitos separatistas dentro da própria URSS (Lituânia, Letônia e Estônia) e da Federação Russa. O que poderia erguer as massas contra a intervenção imperialista e contra a própria burocracia. Assim, apesar de colaborar com o imperialismo para a reestruturação capitalista em todo o Leste Europeu, a burocracia usurpadora procura defender seus próprios interesses, opostos à autodeterminação das nacionalidades.

O estalinismo é incapaz de enfrentar a penetração capitalista. Somente as massas proletárias, organizadas independentemente e através de sua ação direta, poderão resistir à ofensiva restauradora capitalista e combater consequentemente o imperialismo.

MANDELA NO BRASIL

Para acabar com a Opressão Racial é preciso acabar com o capitalismo

Na primeira semana de agosto, esteve no Brasil Nelson Mandela. O homem que renunciou à luta armada e foi recebido com pompa.

A estratégia que defende é a de um governo de coalizão de negros e brancos. Ou seja, a de conciliação com os opressores brancos capitalistas (imperialismo britânico).

Sua visita ao Brasil tem por objetivo buscar o apoio da burguesia brasileira para seu projeto político. Pretende aumentar a pressão internacional sobre um setor da burguesia sul-africana, para tornar possível uma melhor divisão do poder no aparato do Estado, e assim,

habilitá-lo para conter a luta de classes na África do Sul.

A substituição do governo racista por outro governo burguês (ainda que composto por negros), com o apoio do imperialismo, só trará ainda mais opressão às massas africanas.

Não há possibilidade real de libertação das massas negras sem a revolução proletária. É preciso construir o partido revolucionário (estratégia da revolução e ditadura proletárias) que lute incansavelmente pela independência de classe e pela insurreição das massas, como forma de expulsar o imperialismo e acabar com a opressão racial.

EM DEFESA DO TROTSQUISMO

No dia 24 de agosto, a T.POR realiza uma palestra debate em homenagem a Leon Trotsky, pelo 51º aniversário de sua morte. Neste número do jornal, publicamos um trecho do livro 'A Revolução Permanente', onde o próprio Trotsky resume as 3 idéias fundamentais da Teoria da Revolução Permanente.

Como o próprio Trotsky assinala, 'A idéia da revolução permanente foi formulada pelos grandes comunistas de meados do século XIX, por Marx e seus adeptos, em oposição à Ideologia democrática, a qual, como é sabido, pretende que com a instauração de um Estado "racional" ou democrático, não exista nenhum problema que não possa ser resolvido pela via pacífica, reformista ou progressiva. Marx considerava a revolução burguesa de 1848 unicamente como um prelúdio da revolução proletária. E, ainda que tenha "se equivocado", seu erro foi um simples erro de aplicação, e não metodológico. A revolução de 1848 não se transformou em socialista. Mas precisamente por isso não conduziu à democracia. Quanto à revolução alemã de 1918, é evidente que não foi o coroamento democrático da revolução burguesa, mas a revolução proletária decapitada pela social democracia, ou, para dizê-lo com mais precisão: uma contrarrevolução burguesa obrigada pelas circunstâncias a se revestir, depois da vitória obtida sobre o proletariado, de formas pseudo-democráticas.' Em oposição às colocações etapistas, mencheviques, que pregavam que a revolução socialista só viria em um futuro muito remoto, Trotsky colocava sinteticamente as idéias formuladas pelo marxismo a partir da experiência histórica, reproduzidas no texto ao lado:

"A Teoria da Revolução Permanente, ressuscitada em 1905, declarou guerra a estas idéias, demonstrando que os objetivos democráticos das nações burguesas atrasadas, conduziam, em nossa época, à ditadura do proletariado, e que esta colocava na ordem do dia as reivindicações socialistas. Nisto consistia a idéia central da teoria.

Se a opinião tradicional sustentava que o caminho da ditadura do proletariado passava por um prolongado período de democracia, a teoria da revolução permanente vinha a proclamar que, nos países atrasados, o caminho da democracia passava pela ditadura do proletariado. Com ele, a democracia deixava de ser um regime de valor intrínseco para várias décadas e se convertia no prelúdio imediato da revolução socialista, unidas ambas por um nexo contínuo. Entre a revolução democrática e a transformação socialista da sociedade se estabelecia, portanto, um ritmo revolucionário permanente.

O segundo aspecto da teoria caracteriza já a revolução socialista como tal. Ao longo de um período de duração indefinida e de uma luta interna constante, vão se transformando todas as relações sociais. A sociedade sofre um processo de metamorfose. E nesse processo de transformação cada nova etapa é consequência direta da anterior. Este processo conserva forçosamente um caráter político, ou o que é o mesmo, se desenvolve através do choque dos distintos grupos da sociedade em transformação. As explosões da guerra civil e das guerras exteriores sucedem os períodos de reformas "pacíficas". As revoluções da economia, da técnica, da ciência, da família, dos costumes, se desenvolvem em uma completa ação recíproca que não permite à sociedade alcançar o equilíbrio. Nisto consiste o caráter permanente da revolução socialista como tal.

O caráter internacional da revolução socialista, que constitui o terceiro aspecto da teoria da revolução permanente, é consequência inevitável do estado atual da economia e

não é um princípio abstrato, sim unicamente um reflexo teórico e político do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do alcance mundial da luta de classes. A revolução socialista começa dentro das fronteiras nacionais, mas não pode conter-se nelas. A contenção da revolução proletária dentro de um território nacional não pode ser mais que um regime transitório, ainda que seja prolongado, como o demonstra a experiência da União Soviética. Entretanto, com a existência de uma ditadura proletária isolada, as contradições interiores e exteriores crescem paralelamente aos êxitos. A continuar isolado, o Estado proletário cairá, mais cedo ou mais tarde, vítima de ditas contradições. Sua salvação está unicamente em fazer que triunfe o proletariado nos países mais progressivos. Considerados desde este ponto de vista, a revolução socialista implantada em um país não é um fim em si mesma, e sim unicamente um elo da cadeia internacional. A revolução internacional desenvolve-se como, pese a todos os refluxos temporais, um processo permanente."

Compareça às atividades de nossa Campanha Financeira:

**Dia 24 de agosto, sábado, às 15 hs:
Aniversário do assassinato
de Leon Trotsky
Em defesa do Trotsquismo**

**Local: CUT Regional de São Paulo
Rua Silveira Martins, 08 - Centro**

**Dia 06 de Setembro, sexta, às 19 hs
Luta Antiimperialista contra
as privatizações**

Local: Av. São José, 54 - Diadema - SP

**Dia 20 de setembro, sexta, às 19 hs
Luta pela Terra e a
Revolução Proletária**

**Local: CUT Tatuapé
Av. Celso Garcia, 4323**

**Dia 12 de outubro, sábado, às 15 hs
As Concepções da
Revolução Brasileira**

Local: Av. São José, 54 - Diadema - SP